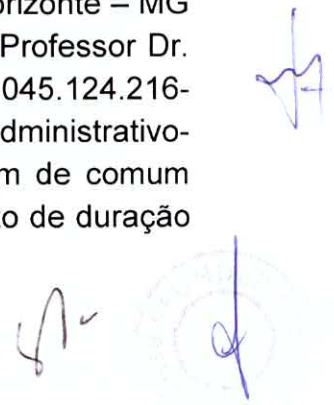


Primeiro termo de aditamento ao Termo de Colaboração Técnico Científico nº 016/2015 - UFABC, celebrado entre a **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC** e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC**, com a interveniência da **FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA - FUNDEP**.

Pelo presente Termo de Aditamento ao contrato em epígrafe, de um lado o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC**, associação pública com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ/MF sob n. 58.151.580/0001-06, com sede na Av. Ramiro Colleoni, 05, Centro, Santo André – SP, neste ato representado, na forma de seu estatuto, pelo Presidente, Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, **LUIZ MARINHO**, inscrito no CPF (MF) sob nº 008.848.518-85, portador da Cl. nº 12.700.114-1, expedida pela SSP/SP, doravante denominado simplesmente **CONSÓRCIO** e, de outro lado, **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**, pessoa jurídica de direito público, fundação pública integrante da Administração Indireta da União, vinculada ao Ministério da Educação, instituída pela Lei Federal nº 11.145/2005, sediada na Avenida dos Estados, nº 5001, Bairro Santa Terezinha, Santo André – SP, CEP 09210-580, inscrita no CNPJ(MF) sob nº 07.722.779/0001-06, neste ato representada por seu Reitor, Professor Doutor **KLAUS WERNER CAPELLE**, inscrito no CPF(MF) sob nº 215.403.718-67, portador do RG nº V222498R, emitido pela DPF-SP, e, como interveniente, a **FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ(MF) sob nº 18.720.938/0001-41, com sede na Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627 – Unidade Administrativa II – 4º andar – Campus UFMG / Belo Horizonte – MG – CEP 31.270-901, neste ato representada por seu Presidente, Professor Dr. **ALFREDO GONTIJO DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF(MF) sob nº 045.124.216-53, portador do RG nº MG-597.250, na qualidade de Gestora administrativo-financeira do Projeto, doravante denominada **FUNDEP**, resolvem de comum acordo **ADITAR** o contrato aludido no preâmbulo, quanto ao prazo de duração e valor do contrato, nos termos e condições a seguir expostas:



**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO**

- 1.1. Este Termo Aditivo tem por objeto promover o acréscimo de projetos não contemplados originalmente ao Termo de Colaboração Técnico Científico nº 016/2015, com o correspondente aumento no valor de R\$ 627.910,33 (seiscentos e vinte e sete mil, novecentos e dez reais e trinta e três centavos), conforme Planos de Trabalho anexos (Sub 5 e Sub 6).

**CLÁUSULA SEGUNDA  
DA VIGÊNCIA**

- 2.1. Em razão do acréscimo mencionado na cláusula anterior, o prazo de vigência de que trata a Cláusula Quarta fica prorrogado até 10 de abril de 2018.

**CLÁUSULA TERCEIRA  
DO VALOR**

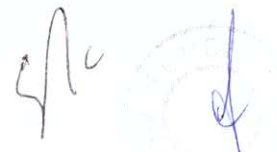
- 3.1. Tem o presente termo o valor total de R\$ 627.910,33 (seiscentos e vinte e sete mil, novecentos e dez reais e trinta e três centavos).

**CLÁUSULA QUARTA  
DOS PROJETOS**

- 4.1. O objeto descrito na Cláusula Primeira do Termo Original será acrescido dos subprojetos: "Sub 5 – Gestão da Política Nacional" e "Sub 6 – Subprojeto Plano Diretor Regional – PDR e Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI", doravante denominados simplesmente PROJETOS, cujo desenvolvimento dar-se-á conforme ANEXO I, que passa a ser parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA QUINTA  
DOS RECURSOS FINANCEIROS**

- 5.1. Para realização dos Projetos ora acordados, o Consórcio aportará, por meio da FUNDEP, o valor total de R\$ 627.910,33 (seiscentos e vinte e sete mil, novecentos e dez reais e trinta e três centavos), conforme cronograma de desembolso individual de cada subprojeto, previstos no Anexo I deste instrumento.

Handwritten signature in blue ink and an official circular stamp, partially obscured by the signature.

**CLÁUSULA SEXTA  
DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

6.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições previstas no Termo de Colaboração Técnico Científico mencionado na epígrafe deste instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

Por estarem ajustadas, as partes firmam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e que também o assinam.

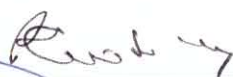
Santo André, 02 de dezembro de 2016.



**LUIZ MARINHO**  
Prefeito de São Bernardo do Campo  
Presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC



**KLAUS WERNER CAPELLE**  
Reitor  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC



**ALFREDO GONTIJO DE OLIVEIRA**  
Presidente  
FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Professor Roberto Alves Nogueira  
Diretor de Operações  
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa

TESTEMUNHAS:

Nome:

Cl.

8.548.665

Nome:

Cl.

Fabiano Melo Siqueira  
fabianosiqueira@fundep.ufmg.br  
Negócios e Parcerias  
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa  
MG9173630









Universidade Federal do ABC

## PLANO DE TRABALHO – SUB.5

### 1 – TIPO PROJETO

<input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa <input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Extensão <input type="checkbox"/> Desenvolvimento Institucional
---

### 2 – TIPO DE INSTRUMENTO PROCESSUAL

<input type="checkbox"/> TCTC <input type="checkbox"/> TED <input type="checkbox"/> Convênio <input checked="" type="checkbox"/> Acordo de Cooperação Tripartite <input type="checkbox"/> Contrato <input type="checkbox"/> N/A
---

### 3 – DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade Proponente <b>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC</b>				C.N.P.J <b>07.722.779/0001-06</b>	
Endereço <b>AVENIDA DOS ESTADOS 5001</b>					
Cidade <b>SANTO ANDRÉ</b>	UF <b>SP</b>	CEP <b>09210-280</b>	Telefone <b>(11) 4437 7549</b>	UG / Cód. Gestão <b>154503 / 26352</b>	
Nome do Representante Legal <b>KLAUS WERNER CAPELLE</b>				CPF <b>215.403.718-67</b>	
CI / Órgão Exp. / Emissão <b>RNE V222498R, DPF-SP, 09/03/09</b>		Mandato <b>8/2/14 a 8/2/18</b>	Função <b>Reitor</b>	Matrícula Siape <b>1724836</b>	
Nome do Coordenador do Projeto <b>Rosana Denaldi</b>				CPF <b>089.623.798-21</b>	
Unidade/Centro <b>CECS</b>				Matrícula Siape <b>1671277</b>	
Endereço Eletrônico (e-mail) <b>Denaldi.rosana@gmail.com</b>			Telefone fixo <b>11 – 44276750</b>	Telefone celular <b>11 – 97443-4003</b>	
Assinatura do coordenador					

### 4 - OUTROS PARTÍCIPIES

Tipo <input checked="" type="checkbox"/> Público <input type="checkbox"/> Privado	2 – Nome / Razão Social <b>CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC</b>			3 - CNPJ <b>58.151.580/0001-06</b>	
Endereço sede (Av., Rua, Nº, Bairro) <b>Avenida Ramiro Colleoni, nº 05, Centro</b>					
Cidade <b>Santo André</b>	UF <b>SP</b>	CEP <b>09040-160</b>	(DDD) Telefone	(DDD) Fax	
Nome do representante legal <b>LUIZ MARINHO</b>				CPF <b>008.848.518-85</b>	
CI / Órgão Exp. / Emissão <b>12.700.114-1, SSP-SP,</b>		Cargo <b>Presidente do Consórcio Intermun. Grande ABC</b>			



Universidade Federal do ABC

## PLANO DE TRABALHO – SUB.5

### 5 - DESCRIÇÃO DO SUBPROJETO 5

Título do Subprojeto	Período de Execução	
	Início	Término
Sub 05 – Gestão da Política Nacional	Dez/2016	Out/2017
<b>Valor Total</b>		
R\$ 408.240,00		
<b>Objetivo</b>		
Continuidade da pesquisa em algumas frentes de trabalho que necessitam de aprimoramento, continuidade e desdobramentos, a partir do Diagnóstico Habitacional Regional (Subprojeto 3) finalizado em setembro de 2016.		
<b>Justificativa do Projeto</b>		
<p>A presente proposta de aditivo do Termo de Colaboração Técnico Científico (TCTC) firmado entre a UFABC e o Consórcio do Grande ABC foi elaborada em atendimento ao Comitê de Política Habitacional do Consórcio, que solicitou à UFABC a continuidade da pesquisa em algumas frentes de trabalho que necessitam de aprimoramento, continuidade e desdobramentos, a partir do Diagnóstico Habitacional Regional (Subprojeto 3) finalizado em setembro de 2016.</p> <p>Os serviços realizados no âmbito Subprojeto 3 - “Diagnóstico Habitacional Regional” corresponderam a ação prioritizada no âmbito do Desafio 5 do PPA do Consórcio do Grande ABC, e consubstanciaram importante contribuição para qualificar a gestão da política habitacional na região.</p> <p>A pesquisa realizou um extenso levantamento de dados habitacionais junto às sete prefeituras que compõem a Região do Grande ABC, formando um significativo banco de dados com os seguintes temas: déficit habitacional e condições de moradia; disponibilidade de terra para habitação de interesse social e regulação urbana; ação governamental (Produção Habitacional pelo Programa MCMV, Urbanizações de favelas no âmbito do PAC, Regularização Fundiária); e uma síntese das necessidades habitacionais regional. Para o cálculo do déficit habitacional foi desenvolvida uma nova metodologia para estimar domicílios dentro e fora de assentamentos precários, com abordagem distinta das pesquisas que tratam o tema.</p> <p>Além disso, a pesquisa realizou um levantamento da legislação referente a habitação de interesse social e da situação institucional das prefeituras em relação a estrutura, quantidade de profissionais e orçamento municipal investido, formando um quadro completo da atuação das prefeituras na habitação.</p> <p>Esse conjunto de informações foi sistematizado de modo a produzir uma leitura regional que não é uma simples soma dos resultados municipais, ou seja, foi necessário encontrar conceitos, entendimentos comuns e uma metodologia capaz de retratar as distintas realidades urbanas, institucionais e de atuação na política habitacional presentes nessa região, o que também foi possível devido a participação das prefeituras na produção de dados.</p> <p>Como resultados destacam-se tanto o ineditismo da realização de um diagnóstico habitacional regional, como também o conjunto de informações detalhadas tratadas nesse recorte territorial. Os produtos da pesquisa são ao mesmo tempo relevantes enquanto conhecimento acadêmico e conhecimento prático, que deverá ser apropriado pelo Consórcio do ABC e pelas próprias gestões municipais no sentido de aprimorarem sua atuação na política habitacional.</p> <p>Contudo, ao longo da realização do estudo, evidenciou-se que a capacidade institucional dos municípios é muito desigual, o que decorre das limitações para produção e gestão de informações sobre a realidade dos assentamentos precários e de baixa renda e também sobre a própria atuação em termos de execução de programas de provisão habitacional, urbanização de favelas, solução de cortiços e regularização fundiária. Os municípios com maior capacidade institucional, técnica e com Planos Locais de Habitação (PLHIS) mais detalhados, apresentaram informações em quantidade e qualidade superior aos demais.</p> <p>Na segunda Ofical Regional realizada em julho de 2016 na UFABC, quando foram apresentados os resultados finais da pesquisa aos sete municípios, tais diferenças e as necessidades de cada um deles foram explicitadas pelos dirigentes e técnicos municipais. A sistematização da dinâmica desse debate resultou nos seguintes pontos principais:</p>		





Universidade Federal do ABC

## PLANO DE TRABALHO – SUB.5

### a) Apropriação das informações do Diagnóstico Regional pelas municipalidades:

Concluiu-se que é necessário compreender e debater as informações produzidas pelo Diagnóstico para que elas possam ser apropriadas e utilizadas no planejamento habitacional local e regional.

### b) Produção da informação municipal:

Destacou-se a importância de (i) produzir e atualizar informações municipais e (ii) elevar a qualidade da informação municipal produzida; (iii) produzir diagnósticos municipais (EX: mapeamento e caracterização dos assentamentos precários e irregulares em Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires e Mauá).

### c) Regularização Fundiária:

O processo de produção do Diagnóstico revelou que a maioria dos municípios não apresenta quadro sistematizado de informação. Os representantes dos municípios que atuam nessa política explicitaram a necessidade de apoio para realização das ações de regularização fundiária. Foram apontadas as seguintes necessidades: (i) Capacitação das equipes municipais para promover a Regularização Fundiária; (ii) Capacitação e assistência técnica para desenvolver projetos de Regularização Fundiária; (iii) Assistência técnica para elaborar ou aprimorar marcos regulatórios e (iv) Debater o tema do Licenciamento Ambiental Estadual.

### d) Organização institucional:

Destacou-se a necessidade de se criar ou aprimorar capacidades administrativas para a gestão da política habitacional.

Na reunião realizada no dia 31 de agosto de 2016, o Comitê de Habitação analisou os desdobramentos do Diagnostico Habitacional (SUB-3) e apontou ações para alcançar as metas estabelecidas no PPA Regional. Destacou-se a necessidade de complementar e aprofundar as informações necessárias à caracterização habitacional, e avançar na política de regularização fundiária (também em área de proteção aos mananciais) e na capacitação dos municípios, dando prosseguimento as ações prioritárias do PPA, nos eixos 5 e 11.

Trata-se de apoiar o desenvolvimento da ação “Promover a formação regional de gestores públicos” que integra o Desafio 11 - Gestão e Desenvolvimento Institucional do Consorcio – e as ações “elaborar diagnóstico habitacional da região”, “implantar ações de regularização fundiária” e “implantação de programas de recuperação ambiental nas áreas de mananciais” que integram o Desafio 5 - Desenvolvimento Urbano e Gestão Ambiental.

### Resultados Esperados (descrever sucintamente)

Aprimoramento da formulação e execução da política habitacional por meio da:

1. Capacitação das Equipes Municipais em torno dos temas com maior impacto na estruturação da intervenção municipal.
2. Identificação, caracterização e mapeamento de assentamentos precários nos municípios de Mauá, Ribeirão Pires, e Rio Grande da Serra, criando base de dados e mapas, de modo a subsidiar ações futuras de planejamento e execução da política habitacional;
3. Apoio a formulação de estratégia regional para enfrentamento do problema





**PLANO DE TRABALHO – SUB.5**

**6 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

Meta, Etapa ou Fase	Atividades	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Capacitação das Equipes Municipais em torno dos temas com maior impacto na estruturação da intervenção:	Relatório parcial 1	1	Dezembro/2016	Dezembro/2016
2	Produção de informações sobre assentamentos precários nos municípios que não têm base de dados organizada	Relatório parcial 2	1	Dezembro/2016	Março/2016
3	Ações de apoio a Regularização Fundiária	Relatório parcial 3	1	Dezembro/2016	Junho/2017
4	Estratégia regional para enfrentamento do problema	Relatório final	1	Dezembro/2016	Outubro/2017









Universidade Federal do ABC

## PLANO DE TRABALHO – SUB.5

### 7 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1.00)

- **SUB 5 - Produto 1:** Plano de trabalho das atividades I a IV
- **SUB 5 - Produto 2:** Relatório contendo: a síntese de 2 (duas) Oficinas de Capacitação (Atividade I), os resultados da primeira etapa da caracterização dos assentamentos precários referente ao trabalho de campo nos municípios (Atividade II) e o desenvolvimento das atividades de capacitação e assistência técnica e jurídica sobre legislação de regularização fundiária (Atividade III).
- **SUB 5 - Produto 3:** Relatório contendo: a síntese de 2 (duas) Oficinas de Capacitação (Atividade I), caracterização dos assentamentos precários, mapeamentos e sistematização do banco de dados (Atividade II); informações sobre o desenvolvimento das atividades de capacitação e assistência técnica e jurídica sobre legislação de regularização fundiária (Atividade III); descrição de atividades e resultados relacionados com o tema do alinhamento de conceitos (Atividade IV).
- **SUB 5 - Produto 4:** Relatório Contendo: informações sobre o desenvolvimento das atividades de capacitação e assistência técnica e jurídica sobre legislação de regularização fundiária (Atividade III); Diretrizes para consolidação de uma estratégia regional para enfrentamento do problema habitacional (Atividade IV).

#### Concedente ou Contratante

Produtos	Ano: 2016					
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1						R\$ 122.472,00
Produtos	Ano: 2017					
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
2 - 3			R\$ 142.884,00			R\$ 122.472,00
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
4			R\$ 20.412,00			
<b>TOTAL DO PROJETO</b>						<b>R\$ 408.240,00</b>

#### Proponente (Contrapartida)

Produtos	Ano: 2016					
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Produtos	Ano: 2017					
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
<b>TOTAL DO PROJETO</b>						<b>R\$ -</b>







Universidade Federal do ABC

## PLANO DE TRABALHO – SUB.6

### 1 – TIPO PROJETO

<input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa	<input type="checkbox"/> Ensino	<input type="checkbox"/> Extensão	<input type="checkbox"/> Desenvolvimento Institucional
--	---------------------------------	-----------------------------------	--

### 2 – TIPO DE INSTRUMENTO PROCESSUAL

<input type="checkbox"/> TCTC	<input type="checkbox"/> TED	<input type="checkbox"/> Convênio	<input checked="" type="checkbox"/> Acordo de Cooperação Tripartite	<input type="checkbox"/> Contrato	<input type="checkbox"/> N/A
-------------------------------	------------------------------	-----------------------------------	---	-----------------------------------	------------------------------

### 3 – DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade Proponente <b>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC</b>			C.N.P.J <b>07.722.779/0001-06</b>	
Endereço <b>AVENIDA DOS ESTADOS 5001</b>				
Cidade <b>SANTO ANDRÉ</b>	UF <b>SP</b>	CEP <b>09210-280</b>	Telefone <b>(11) 4437 7549</b>	UG / Cód. Gestão <b>154503 / 26352</b>
Nome do Representante Legal <b>KLAUS WERNER CAPELLE</b>				CPF <b>215.403.718-67</b>
CI / Órgão Exp. / Emissão <b>RNE V222498R, DPF-SP, 09/03/09</b>		Mandato <b>8/2/14 a 8/2/18</b>	Função <b>Reitor</b>	Matrícula Siape <b>1724836</b>
Nome do Coordenador do Projeto <b>Jeroen Johannes Klink</b>				CPF <b>196.002.828.62</b>
Unidade/Centro <b>CECS</b>				Matrícula Siape <b>1516741</b>
Endereço Eletrônico (e-mail) <b>Jeroen.klink1963@gmail.com</b>		Telefone fixo <b>11 4427-6750</b>		Telefone celular <b>11-9 9865-2799</b>
Assinatura do coordenador				

### 4 - OUTROS PARTÍCIPIES

Tipo <input checked="" type="checkbox"/> Público <input type="checkbox"/> Privado	2 – Nome / Razão Social <b>CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC</b>		3 - CNPJ <b>58.151.580/0001-06</b>	
Endereço sede (Av., Rua, Nº, Bairro) <b>Avenida Ramiro Colleoni, nº 05, Centro</b>				
Cidade <b>Santo André</b>	UF <b>SP</b>	CEP <b>09040-160</b>	(DDD) Telefone	(DDD) Fax
Nome do representante legal <b>LUIZ MARINHO</b>				CPF <b>008.848.518-85</b>
CI / Órgão Exp. / Emissão <b>12.700.114-1, SSP-SP,</b>		Cargo <b>Presidente do Consórcio Intermun. Grande ABC</b>		



## PLANO DE TRABALHO – SUB.6

### 5 - DESCRIÇÃO DO SUBPROJETO 4

Título do Subprojeto	Período de Execução	
	Início	Término
Sub 06 – Subprojeto Plano Diretor Regional – PDR e Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI	Mar/2017	Mar/2018
<b>Valor Total</b> R\$ 219.670,33		
<b>Objetivo</b> Elaboração de diagnósticos territoriais e de material de referência (como, por exemplo, o caderno intitulado “Visão da Metrópole”, que apresenta uma análise sintética dos desafios e das oportunidades da RMSP), ciclos de reuniões e oficinas técnicas entre o governo do Estado e os municípios, assim como dinâmicas participativas que mobilizem a sociedade civil organizada por meio de audiências municipais e regionais (articuladas em parceria com os consórcios intermunicipais) para discutir e aperfeiçoar o Caderno de Propostas e o Caderno de Sustentação. Por fim, este último caderno proporciona os principais conteúdos para a elaboração da versão preliminar e final do projeto de lei do PDUI, mobilizando novamente a sociedade civil organizada.		
<b>Justificativa do Projeto</b> Ao longo do segundo semestre do ano 2013, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC discutiu de forma inédita com os moradores e setores organizados um Plano Plurianual (PPA) Regional para estimular o desenvolvimento sustentável da região do ABC. Referido Plano foi aprovado em dezembro do ano 2013. O Termo de Cooperação Técnica-Científica entre a Universidade Federal do ABC (UFABC) e o consórcio intermunicipal Grande ABC (TCTC nº 16/2015), aprovado e iniciado em novembro de 2015, desencadeou um conjunto de projetos específicos com o objetivo central de fortalecer a capacidade institucional e organizacional de o consorcio acompanhar, monitorar e avaliar a execução do PPA regional. Os referidos quatro subprojetos que fazem parte da TCTC são: <ul style="list-style-type: none"><li>- Apoio a elaboração de Um Plano Diretor Regional (PDR);</li><li>- Criação de um Observatório de Políticas Públicas;</li><li>- Elaboração de um Diagnóstico habitacional regional; e</li><li>- Elaboração de cartas geotécnicas de risco para subsidiar um plano regional de risco socioambiental.</li></ul> O subprojeto do PDR (Plano Diretor Regional) teve como objetivo contribuir com pesquisas aplicadas para a discussão e elaboração de um Plano Diretor Regional inédito que subsidia, articula e complementa o processo de revisão dos planos diretores municipais, as diversas leis e instrumentos urbanísticos, assim como as estratégias econômicas e socioambientais das cidades na região do ABC. Referido plano previu vários produtos intermediários como um diagnóstico territorial, um mapeamento de oportunidades para o plano regional com base de experiências nacionais e internacionais (incluindo a organização de seminário internacional), a elaboração de cenários e tendências, uma proposta com os principais eixos temáticos e conteúdos (incluindo uma proposta para o macrozoneamento) e a elaboração da versão final do Plano. Conforme cronograma previsto no plano de trabalho detalhado do subprojeto 1 do TCTC N°16/2015, a versão final do PDR será entregue em fevereiro de 2017. Ao mesmo tempo, a aprovação da Lei N° 13.089, de 12 de janeiro de 2015, (o chamado Estatuto da Metrópole) gerou um novo cenário institucional para as regiões metropolitanas brasileiras formalmente constituídas. Mais particularmente, referida lei prevê a obrigatoriedade – dentro de um prazo de três anos (portanto, até janeiro de 2018) - de um Plano Metropolitano (o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI), a ser elaborado por meio de um processo participativo que mobilize o governo do Estado, o conjunto dos municípios metropolitanos e a sociedade civil organizada. Além disso, os municípios da Região Metropolitana deverão obrigatoriamente compatibilizar os seus planos diretores com o PDUI, também dentro de um prazo de três anos. Em dezembro de 2015, o governo do Estado de São Paulo, por meio da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitana S/A (EMPLASA), os municípios metropolitanos e o Consórcio Intermunicipal Grande ABC desencadearam o processo de elaboração do PDUI para a Região Metropolitana de São Paulo. Como primeiro passo,		





Universidade Federal do ABC

## PLANO DE TRABALHO – SUB.6

elaboraram um guia metodológico prevendo uma estrutura institucional (“o funcionograma”) e um calendário com etapas e produtos intermediários para nortear a construção do Plano Metropolitano até janeiro de 2018.

No que se refere à estrutura institucional, o guia criou um *Comitê Executivo* (responsável pela articulação estratégica e pela coordenação –entre os órgãos governamentais e a sociedade civil – das diversas etapas de elaboração do PDUI), uma *Comissão Técnica* (responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos e pela elaboração do PDUI) e Grupos de Trabalho para aprofundar as discussões por área temática. O Comitê Executivo e a Comissão Técnica contam com representantes do Governo do Estado e dos municípios; no caso do Comitê Executivo, são 4 representantes do Governo do Estado, 4 representantes da Prefeitura de São Paulo e 2 representantes por subregião, incluindo participação dos consórcios intermunicipais. Por fim, a EMLASA desempenha o papel de Secretaria-Executiva no processo de elaboração do PDUI.

Quanto às etapas do PDUI, o guia metodológico prevê a elaboração de diagnósticos territoriais e de material de referência (como, por exemplo, o caderno intitulado “Visão da Metrópole”, que apresenta uma análise sintética dos desafios e das oportunidades da RMSP), ciclos de reuniões e oficinas técnicas entre o governo do Estado e os municípios, assim como dinâmicas participativas que mobilizem a sociedade civil organizada por meio de audiências municipais e regionais (articuladas em parceria com os consórcios intermunicipais) para discutir e aperfeiçoar o Caderno de Propostas e o Caderno de Sustentação. Por fim, este último caderno proporciona os principais conteúdos para a elaboração da versão preliminar e final do projeto de lei do PDUI, mobilizando novamente a sociedade civil organizada.

O arranjo institucional e o cronograma base para a elaboração das etapas previstas no processo de elaboração do PDUI são resumidos na Figura 1 e Tabela 1.

Figura 1 – Arranjo institucional para a elaboração do PDUI.

Funcionograma com atribuições



Versão 03

Fonte: Guia Metodológico do PDUI, 2016, p.8.



Universidade Federal do ABC

## PLANO DE TRABALHO – SUB.6

### Resultados Esperados (descrever sucintamente)

1. Uma análise que relaciona as premissas, metodologias, diretrizes e os conteúdos do PDR com os parâmetros do guia metodológico e as atividades implementadas no âmbito do PDUI (“Análise PDR-PDUI”);
2. Duas análises metodológicas elaboradas no processo de elaboração, discussão e aprovação do *Caderno de Propostas* do PDUI (“Caderno de Propostas do PDUI comentado” - versão preliminar e final);
3. Duas análises metodológicas elaboradas no processo de elaboração, discussão e aprovação do *Caderno de Sustentação* do PDUI (“Caderno de Sustentação do PDUI comentado” - versão preliminar e final);
4. Uma oficina para apresentar e discutir o PDUI e as implicações para o projeto e a estratégia de desenvolvimento da Região do Grande ABC (“Oficina”).



**PLANO DE TRABALHO – SUB.6**

**6 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

Meta, Etapa ou Fase	Atividades	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Plano de Trabalho (R1)	Relatório parcial 1	1	Março/2017	Março/2017
2	Análise PDR-PDUJ (R2)	Relatório parcial 2	1	Abril/2017	Maior/2017
3	Caderno de Propostas do PDUJ comentado (R3)	Relatório parcial 3	1	Junho/2017	Setembro/2017
4	Caderno de Sustentação do PDUJ comentado (R4)	Relatório final	1	Outubro/2017	Janeiro/2018
5	Oficina PDUJ	Oficina	1	Fevereiro/2018	Março/2018










Universidade Federal do ABC

## PLANO DE TRABALHO – SUB.6

### 7 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1.00)

- **SUB 6 - Produto 1:** Entrega do plano de trabalho detalhado (Relatório 1)
- **SUB 6 - Produto 2:** Entrega da análise comparativa do PDR e do PDUI (Versão preliminar e final - Relatório 2)
- **SUB 6 - Produto 3:** (25% do valor): Entrega do Caderno de Propostas comentado (Versão preliminar e final - Relatório 3);
- **SUB 6 - Produto 4:** (5% do valor): Entrega do Relatório com Caderno de Sustentação do PDUI comentado (Versão preliminar e final) e organização do seminário final.

#### Concedente ou Contratante

Produtos	Ano: 2017					
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
1 - 2			R\$ 65.901,09		R\$ 87.868,13	
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
3			R\$ 54.917,58			
Produtos	Ano: 2018					
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
5	R\$ 10.983,53					
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
<b>TOTAL DO PROJETO</b>						<b>R\$ 219.670,33</b>

#### Proponente (Contrapartida)

Produtos	Ano: 2017					
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Produtos	Ano: 2018					
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
<b>TOTAL DO PROJETO</b>						<b>R\$ -</b>

